

DÖHLER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de janeiro de 2012.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2011	31/12/2010
Comfio – Cia. Catarinense de Fiação.	Brasil	99,62%	99,62%
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não-derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de

créditos. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, ajustado pela provisão para perdas se necessária.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. Os ativos não avaliados pelo custo atribuído são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *"impairment"*.

Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2011 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por *"impairment"*.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas notas explicativas 19 e 26. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

NOTA 4 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- b) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

- b) **Aplicações Financeiras:** As aplicações em CDB/CDI e Fundos de Renda Fixa são classificados como mantidos para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando regatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

• Risco de Exposição Cambial

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 4.416, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

• Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de queda do dólar).

Descrição	31/12/2011	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	8.281	7.949	7.507	7.066
Exposição Líquida - R\$	8.281	7.949	7.507	7.066
Exposição Líquida - US\$	4.416	4.416	4.416	4.416
Taxa Dólar	1,8751	1,8000	1,7000	1,6000

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução 475/08 e 550/08.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurado pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	46.789	36.552	54.529	45.821
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	1.866	4.998	2.130	5.809
Contas a Receber de clientes	78.769	67.285	78.209	66.927
Depósitos Judiciais	407	2.110	435	2.110
	81.042	74.393	80.774	74.846
Disponíveis para venda				
Ações	2.394	2.385	3.862	3.848
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	130.225	113.330	139.165	124.515
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	14.413	15.668	6.587	5.468
Empréstimos e financiamentos	17.283	15.746	17.283	17.598
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	31.696	31.414	23.870	23.066

NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos Conta Movimento	1.043	3.260	1.307	4.071
Aplicações Financeiras	46.789	36.552	54.529	45.821
Cambial Disponível	823	1.738	823	1.738
Total de Caixa e Equivalentes	48.655	41.550	56.659	51.630

NOTA 8 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber de Clientes	81.331	70.133	80.771	69.775
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.562)	(2.848)	(2.562)	(2.848)
Contas a Receber de Clientes	78.769	67.285	78.209	66.927
Créditos Tributários (Nota 10)	5.714	3.921	7.740	4.831
Adiantamentos	4.608	1.108	4.835	1.854
Outros Créditos a Receber	3.148	2.767	4.632	4.257
Créditos a Receber	13.470	7.796	17.207	10.942
Dividendos a Receber	4.983	6.681	-	-
Parcela Circulante	97.222	81.762	95.416	77.869
Depósitos Judiciais	407	2.110	435	2.110
Créditos Tributários (Nota 10)	8.517	8.898	8.672	8.970
Créditos Fiscais Diferidos	7.386	7.682	7.386	7.682
Outros Créditos	21	216	38	447
Parcela Não-Circulante	16.331	18.906	16.531	19.209
Total a Receber de Clientes	78.769	67.285	78.209	66.927
Total das Demais Contas a Receber	34.784	33.383	33.738	30.151
Total Geral	113.553	100.668	111.947	97.078

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos em até 180 dias	3.555	1.805	2.952	1.805
Vencidos acima de 180 dias	2.584	2.848	3.187	2.848
A vencer em até 60 dias	52.350	47.872	51.790	47.514
A vencer entre 60 e 120 dias	20.216	14.390	20.216	14.390
A vencer acima de 120 dias	2.626	3.218	2.626	3.218
Contas a Receber de Clientes	81.331	70.133	80.771	69.775

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	73.050	61.573	73.045	61.583
US\$	8.281	8.560	7.726	8.192
Contas a Receber de Clientes	81.331	70.133	80.771	69.775

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Movimentação da Provisão Impairment				
Saldo Anterior	2.848	1.392	2.848	1.392
Títulos baixados contra a provisão	(562)	(243)	(562)	(243)
Provisão constituída durante o exercício	276	1.699	276	1.699
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	2.562	2.848	2.562	2.848

NOTA 9 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	23.275	26.065	24.178	26.752
Produtos em elaboração	22.490	20.212	22.733	20.381
Matérias primas	29.298	31.317	30.586	35.726
Materiais diversos	6.750	7.230	8.400	7.705
Total dos Estoques	81.813	84.824	85.897	90.564

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
I.R. e C.S. a Compensar	4.003	2.480	4.114	2.480
IPI	399	400	500	485
ICMS sobre ativo imobilizado	1.272	1.038	1.370	1.784
ICMS	-	-	1.716	-
Outros Tributos	40	3	40	82
Parcela Circulante	5.714	3.921	7.740	4.831
Créditos Refis - Cômite Gestor	6.708	6.708	6.708	6.708
ICMS sobre ativo imobilizado	1.809	2.190	1.964	2.262
Parcela Não-Circulante	8.517	8.898	8.672	8.970
Total de Impostos a Recuperar	14.231	12.819	16.412	13.801

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 1º de janeiro	48.789	48.709
Equivalência patrimonial:		
<i>Participação nos resultados</i>	5.074	6.761
Dividendos	(4.983)	(6.681)
Saldo em 31 de dezembro	48.880	48.789

Controladora

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	% de Participação	Patrimônio Equivalente
Em 31 de dezembro de 2010								
Comfio	Brasil	62.448	13.522	48.926	46.684	6.815	99,62%	48.741
Döhler U.S.A.	EUA	704	656	48	552	(23)	100%	48
		63.152	14.178	48.974	47.236	6.792		48.789
Em 30 de dezembro de 2011								
Comfio	Brasil	58.761	8.740	49.053	44.572	5.110	99,62%	48.868
Döhler U.S.A.	EUA	848	840	12	1.211	(36)	100%	12
		59.609	9.580	49.065	45.783	5.074		48.880

NOTA 12 - IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edifíc. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas Depreciação Vida Útil		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2009								
Custo	86.814	75.702	252.964	9.840	1.125	26	8.804	435.275
Depreciação Acumulada	-	(19.250)	(195.612)	(7.923)	(962)	-	-	(223.747)
Valor líquido contábil	86.814	56.452	57.352	1.917	163	26	8.804	211.528
Saldo Inicial	86.814	56.452	57.352	1.917	163	26	8.804	211.528
Adições	410	114	2.440	951	101	-	18.524	22.540
Baixas	-	(15)	(15.619)	(1.219)	(32)	-	-	(16.885)
Reclassificações	-	964	18.605	14	19	18	(19.620)	-
Depreciação	-	(1.942)	(3.385)	(252)	(21)	-	-	(5.600)
Baixas da Depreciação	-	1	15.292	1.214	32	-	-	16.539
Saldo Final	87.224	55.574	74.685	2.625	262	44	7.708	228.122
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo	87.224	76.765	258.383	8.610	1.371	44	7.708	440.105
Depreciação Acumulada	-	(21.191)	(183.698)	(5.985)	(1.109)	-	-	(211.983)
Valor líquido contábil	87.224	55.574	74.685	2.625	262	44	7.708	228.122
Saldo Inicial	87.224	55.574	74.685	2.625	262	44	7.708	228.122
Adições	-	-	982	421	337	-	6.608	8.348
Baixas	-	-	(114)	(27)	(68)	-	-	(209)
Reclassificações	-	567	8.818	155	8	-	(9.548)	-
Depreciação	-	(1.964)	(4.004)	(337)	(42)	-	-	(6.347)
Baixas da Depreciação	-	-	114	25	68	-	-	207
Saldo Final	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	87.224	77.332	268.069	9.159	1.648	44	4.768	448.244
Depreciação Acumulada	-	(23.155)	(187.588)	(6.297)	(1.083)	-	-	(218.123)
Valor líquido contábil	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121

Consolidado	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas Depreciação Vida Útil		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2009								
Custo	98.951	95.544	302.329	11.107	1.158	26	9.334	518.449
Depreciação Acumulada	-	(24.731)	(239.082)	(9.093)	(996)	-	-	(273.902)
Valor líquido contábil	98.951	70.813	63.247	2.014	162	26	9.334	244.547
Saldo Inicial	98.951	70.813	63.247	2.014	162	26	9.334	244.547
Adições	410	114	2.798	954	101	-	18.550	22.927
Baixas	-	(40)	(21.594)	(1.691)	(32)	-	-	(23.357)
Reclassificações	-	964	19.161	14	19	18	(20.176)	-
Depreciação	-	(2.482)	(3.676)	(263)	(21)	-	-	(6.442)
Baixas da Depreciação	-	23	21.255	1.679	32	-	-	22.989
Saldo Final	99.361	69.392	81.191	2.707	261	44	7.708	260.664
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo	99.361	96.581	302.687	9.407	1.404	44	7.708	517.192
Depreciação Acumulada	-	(27.189)	(221.496)	(6.700)	(1.143)	-	-	(256.528)
Valor líquido contábil	99.361	69.392	81.191	2.707	261	44	7.708	260.664
Saldo Inicial	99.361	69.392	81.191	2.707	261	44	7.708	260.664
Adições	-	-	1.066	429	339	-	8.786	10.620
Baixas	-	-	(114)	(27)	(68)	-	-	(209)
Reclassificações	-	567	9.948	178	8	-	(10.701)	-
Depreciação	-	(2.504)	(4.338)	(350)	(43)	-	-	(7.235)
Baixas da Depreciação	-	-	114	23	68	-	-	205
Saldo Final	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Em 30 de dezembro de 2011								
Custo	99.361	97.148	313.587	9.987	1.683	44	5.793	527.603
Depreciação Acumulada	-	(29.693)	(225.720)	(7.027)	(1.118)	-	-	(263.558)
Valor líquido contábil	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

Software	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009		
Custo	1.295	1.302
Amortização Acumulada	(1.068)	(1.069)
Valor líquido contábil	227	233
Saldo Inicial	227	233
Adições	980	1.347
Baixas	(77)	(77)
Amortização	(28)	(36)
Baixas da Amortização	(12)	(12)
Saldo Final	1.090	1.455
Em 31 de dezembro de 2010		
Custo	2.198	2.572
Amortização Acumulada	(1.108)	(1.117)
Valor líquido contábil	1.090	1.455
Saldo Inicial	1.090	1.455
Adições	202	260
Amortização	(162)	(199)
Saldo Final	1.130	1.516
Em 31 de dezembro de 2011		
Custo	2.400	2.832
Amortização Acumulada	(1.270)	(1.316)
Valor líquido contábil	1.130	1.516

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2011 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “*impairment*”.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Pagar a Fornecedores	5.471	5.031	6.587	5.468
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	8.942	10.637	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	14.413	15.668	6.587	5.468
Obrigações Sociais	9.503	12.016	11.456	14.361
Obrigações Tributárias	3.072	3.026	3.684	3.551
Obrigações com Pessoas Ligadas	781	561	781	561
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	8.017	5.207	8.055	5.267
Outras Contas a Pagar	3.515	4.073	3.551	4.743
Parcela Circulante	39.301	40.551	34.114	33.951
Obrigações Tributárias	3.192	2.998	4.158	3.956
Contingências Passivas (Nota 18.2)	239	138	239	140
Parcela Não-Circulante	3.431	3.136	4.397	4.096
Total a Pagar a Fornecedores	14.413	15.668	6.587	5.468
Total de Outras Contas a Pagar	28.319	28.019	31.924	32.579
Total Geral	42.732	43.687	38.511	38.047

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aging List Contas a Pagar				
A vencer em até 3 meses	14.413	15.668	6.587	5.468
Contas a Pagar a Fornecedores	14.413	15.668	6.587	5.468

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	14.413	15.668	6.587	5.468
Contas a Pagar a Fornecedores	14.413	15.668	6.587	5.468

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
NO BRASIL						
Circulante						
Capital de Giro	Juros de 6,75 a 6,80% a.a.	Reais	11.241	15.744	11.241	17.596
Adiantamentos de Câmbio	Juros 1,95% a 3,34% a.a. (+) V.C.	Dolares	6.042	2	6.042	2
Total Circulante			17.283	15.746	17.283	17.598
Não-Circulante						
Prodec	Ufir	Reais	899	-	899	-
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	868	-	868	-
Total Não-Circulante			1.767	-	1.767	-
Total de Empréstimos e Financiamentos			19.050	15.746	19.050	17.598

Empréstimos e Financiamento por Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	11.659	-	13.511
2012	17.283	4.087	17.283	4.087
2013	31	-	31	-
2014	115	-	115	-
2015	1.033	-	1.033	-
2016 em diante	588	-	588	-
	19.050	15.746	19.050	17.598

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais e penhor cedular.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda a Compensar	3.729	2.055	3.840	2.181
Contribuição Social a Compensar	274	425	274	425
Total Ativo Circulante	4.003	2.480	4.114	2.606
IRPJ Diferido sobre Prejuízo Fiscal	3.958	4.236	3.958	4.236
IRPJ Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	1.632	1.572	1.632	1.572
IRPJ Diferido	5.590	5.808	5.590	5.808
CSLL Diferido sobre Prejuízo Fiscal	1.208	1.308	1.208	1.308
CSLL Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	588	566	588	566
CSLL Diferido	1.796	1.874	1.796	1.874
Total Ativo Não-Circulante	7.386	7.682	7.386	7.682

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão IRPJ	183	-	400	234
Provisão CSLL	-	-	122	150
Total Passivo Circulante	183	-	522	384
IRPJ Diferido sobre Custo Atribuído	40.686	41.692	40.686	41.692
IRPJ Diferido sobre Depreciação Vida Útil	3.984	2.240	3.984	2.240
IRPJ Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	10	11	10	11
IRPJ Diferido	44.680	43.943	44.680	43.943
CSLL Diferido sobre Custo Atribuído	14.647	15.009	14.647	15.009
CSLL Diferido sobre Depreciação Vida Útil	1.434	807	1.434	807
CSLL Diferido sobre Outras Diferenças Temporárias	4	4	4	4
CSLL Diferido	16.085	15.820	16.085	15.820
Total Passivo Não-Circulante	60.765	59.763	60.765	59.763

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL				
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(841)	(1.171)	(2.562)	(5.074)
Reversão de IRPJ/CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais compensados	(377)	(521)	(377)	(521)
Constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária	83	834	83	834
Reversão de IRPJ/CSLL diferidos sobre custo atribuído imobilizado	1.368	1.364	1.368	1.364
Constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre vida útil depreciação	(2.371)	(1.114)	(2.371)	(1.114)
Saldo em 31 de dezembro	(2.138)	(608)	(3.859)	(4.511)

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

Atendendo a instrução CVM nº 371/02, referente ao registro do ativo fiscal diferido decorrente de provisões e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia realizou a atualização do estudo técnico contendo as projeções econômico-financeiras.

Estimamos utilizar os créditos tributários da controladora e das controladas como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	780	780
2013	1.511	1.511
2014	1.811	1.811
2015	1.064	1.064
Total	5.166	5.166

Com base no estudo técnico a Companhia optou por não reconhecer créditos no ativo fiscal diferido no valor de R\$ 2.028 Mil em 2005, R\$ 4.091 Mil em 2006, R\$ 598 Mil em 2007 e R\$ 480 Mil em 2009 de CSLL e IRPJ.

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS

18.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantêm ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com

os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994. A Companhia e sua controlada já receberam o valor de R\$ 13.327 mil referente aos valores incontroversos, sendo R\$ 9.877 mil recebidos em espécie e R\$ 3.450 mil em ações da Eletrobrás, que foram contabilizados como resultado no exercício de 2010, permanecendo em discussão o valor de R\$ 20.238 mil.

18.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Contingências Trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial da Provisão	138	84	140	121
Constituídas durante o exercício	101	93	101	94
Reversão de provisões		(39)	(2)	(75)
Saldo Final da Provisão	239	138	239	140
Depósitos Judiciais Relacionados	(100)	(74)	(100)	(76)
Efeito Líquido	139	64	139	64

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos não exige constituição de provisão.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Tributárias	9.492	10.587	10.859	12.703
Trabalhistas	520	402	628	460
Civil	808	802	808	802
	10.820	11.791	12.295	13.965

NOTA 19 - RECEITAS A APROPRIAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prodec	353	-	353	-
Finep	443	-	443	-
Total receitas a apropriar	796	-	796	-

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se a subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	Ctas. a Receber		Contas a Pagar	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Comfio	4	9	8.942	10.637
Döhler U.S.A.	837	656	-	-
	841	665	8.942	10.637

	Vendas		Compras	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Comfio	381	307	44.215	46.684
Döhler U.S.A.	941	373	-	-
	1.322	680	44.215	46.684

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

20.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração de Conselheiros Fiscais	138	129	138	129
Remuneração de Diretores	2.782	2.591	2.830	2.636
Saldo em 31 de dezembro	2.920	2.720	2.968	2.765

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 150.000 mil representado por 50.430.190 ações, sendo 36.311.880 ordinárias e 14.118.310 preferenciais.

A AGO/E de 29.04.2011 aprovou a proposta do Conselho de Administração do desdobramento de ações da Companhia, na proporção de 9 (nove) ações novas para cada ação existente, de modo que cada ação existente passe a ser representada por 10 (dez) ações da mesma espécie.

As ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

21.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra “c” do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 16/12/2011 o Conselho da Administração deliberou sobre o pagamento

de juros a título de remuneração do capital próprio a serem imputados como dividendos pela aprovação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia propõe a seguinte distribuição:

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	24.124	12.362
(-) Constituição de Reserva Legal - 5%	(1.206)	(618)
(-) Subvenção p/Investimentos	(5.816)	
(=) Lucro Base para os Dividendos	17.102	11.744
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,18 bruto e R\$ 0,153 líquido p/ação)	(6.536)	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,198 bruto e R\$ 0,1683 líquido p/ação)	(2.795)	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 1,18 bruto e R\$ 1,003 líquido p/ação)	-	(4.284)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 1,298 bruto e R\$ 1,1033 líquido p/ação)	-	(1.833)
Total Dividendos e Juros s/Capital Próprio	(9.331)	(6.117)
Lucros Retidos	13.587	5.627

O Lucro Líquido remanescente do exercício de 2011 no montante de R\$ 13.587, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.256 decorrente da realização do custo atribuído do imobilizado pela depreciação, destina-se à Reserva para Investimentos (R\$ 16.843) para fazer face a futuros investimentos, cujo o orçamento de Capital será submetido à Assembleia Geral.

NOTA 22 - RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Mercado Interno	346.140	276.970	346.498	276.681
Mercado Externo	26.691	30.921	26.960	31.018
Receita Operacional Bruta	372.831	307.891	373.458	307.699
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(72.296)	(61.098)	(72.370)	(61.098)
Receita de Vendas	300.535	246.793	301.088	246.601

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	4.823	6.621	5.586	7.280
CM Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-	7.347	-	13.326
Descontos Auferidos	255	151	273	194
Juros Recebidos	2.043	445	2.043	445
Juros sobre Remuneração Capital Próprio	153	-	248	-
Outras Receitas Financeiras	-	36	-	66
Variações Cambiais	3.340	1.907	3.240	1.907
Total das Receitas Financeiras	10.614	16.507	11.390	23.218
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	587	540	641	560
Juros de Empréstimos e Financiamentos	1.111	1.218	1.408	1.255
Variações Cambiais Passivas	2.565	1.883	2.565	1.889
Descontos concedidos	1.883	1.276	1.886	1.276
Outras Despesas Financeiras	124	88	124	91
Total das Despesas Financeiras	6.270	5.005	6.624	5.071
Resultado Financeiro Líquido	4.344	11.502	4.766	18.147

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado na venda de ativos imobilizados				
Receita da venda	162	37	162	37
(-) Baixa do valor líquido contábil	(2)	(183)	(2)	(183)
Tributos Recuperados Judicialmente	-	37	-	37
Reversão Provisões	267	-	272	37
Outras Receitas	347	1.439	591	1.760
Provisões Tributárias - Refis	-	(1.622)	(245)	(2.574)
Provisão p/Perdas de Créditos a Receber	(258)	(3.069)	(258)	(3.069)
Provisão p/Realização a Valor de Mercado	(195)	-	(409)	-
Provisões Trabalhistas	(101)	(54)	(101)	(55)
Participações Empregados	(2.260)	(1.110)	(2.685)	(1.320)
Outras Despesas	(17)	(102)	(25)	(102)
Outras Receitas e Despesas	(2.057)	(4.627)	(2.700)	(5.432)

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	7.227	3.704
Lucro disponível aos acionistas ordinários	16.897	8.658
	<u>24.124</u>	<u>12.362</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	14.118	1.412
Quantidade de ações ordinárias emitidas	36.312	3.631
Total	<u>50.430</u>	<u>5.043</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	0,512	2,623
Ação ordinária	0,465	2,384

NOTA 26 - INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no Decreto Estadual nº 1.669/08, com alterações através do Decreto Estadual nº 030/2011. O valor reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta é de R\$ 5.816.

NOTA 27 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Ofício Circular CVM nº 001/2007.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita Operacional Líquida	300.535	246.793	301.088	246.601
Custo dos Produtos Vendidos	(221.080)	(194.229)	(213.264)	(187.517)
Lucro Operacional Bruto	<u>79.455</u>	<u>52.564</u>	<u>87.824</u>	<u>59.084</u>
(-) Despesas com Vendas	(43.304)	(37.451)	(43.546)	(37.668)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(17.250)	(15.784)	(18.342)	(17.232)
(+) Depreciação/ Amortização	6.509	5.490	7.434	6.633
EBITDA	<u>25.410</u>	<u>4.819</u>	<u>33.370</u>	<u>10.817</u>
% s/ Receita Operacional Líquida	<u>8,45%</u>	<u>1,95%</u>	<u>11,08%</u>	<u>4,39%</u>

NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 371.000 para o conjunto de bens do Ativo Permanente e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.